



Invest – Gestão de Activos, SGOIC, SA

RELATÓRIO E CONTAS

2022

Relatório do Conselho de Administração Executivo

1. Enquadramento Macroeconómico e Mercados Financeiros
2. Actividade desenvolvida pela Sociedade
3. Resultados Apurados e sua Aplicação
4. Agradecimentos Devidos
5. Balanço e Demonstração de Resultados
6. Anexo às Demonstrações Financeiras
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Conselho Geral e de Supervisão



Relatório do Conselho de Administração Executivo

1. Enquadramento Macroeconómico e Mercados Financeiros

Economia global

A economia mundial continua a registar sinais de abrandamento. Após mais de dois anos de pandemia, a invasão da Ucrânia e os seus efeitos globais nos mercados de matérias-primas, nas cadeias de abastecimento, na taxa de inflação e, conseqüentemente, nas taxas de juro, têm conduzido a uma desaceleração do crescimento global.

Em particular, a guerra na Ucrânia tem provocado subidas acentuadas dos preços e da volatilidade nos mercados de energia, contribuindo para uma inflação mais persistente que o inicialmente esperado. Conseqüentemente, os principais bancos centrais têm prosseguido com o aumento das taxas de juro e políticas monetárias mais restritivas, adicionando incerteza quanto à evolução da economia mundial.

Neste contexto, de acordo com as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá crescer 3,4% e 2,9% em 2022 e 2023, respectivamente. As economias avançadas são esperadas crescer, em média, 2,7%, 1,2%. Por sua vez, as economias emergentes deverão fazer relativamente melhor, com crescimentos médios anuais de cerca 4,0%, no mesmo período.

A normalização da taxa de inflação é antecipada ser lenta, com o FMI a estimar uma inflação média de 8,3% este ano, e 5,7% em 2023, na Zona Euro. Nos Estados Unidos, a taxa de inflação média deverá situar-se em 8,1% em 2022, e abrandar para os 3,5% em 2023.

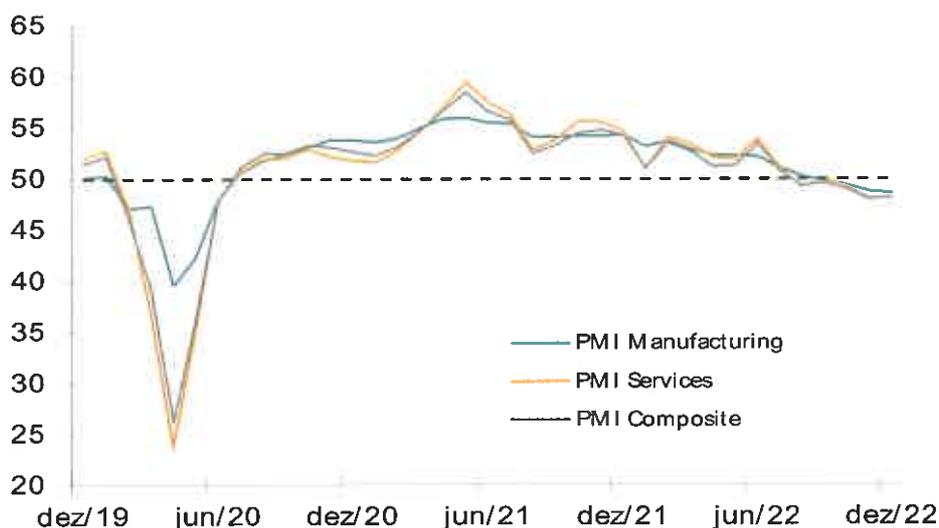
Estimativas para crescimento do PIB e Inflação

	Cresc. Real PIB			Inflação		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Economia Mundial	6,2%	3,4%	2,9%	-	-	-
Estados Unidos	5,9%	2,0%	1,4%	4,7%	8,1%	3,5%
Zona Euro	5,3%	3,5%	0,7%	2,6%	8,3%	5,7%
Alemanha	2,6%	1,9%	0,1%	3,2%	8,5%	7,2%
França	6,8%	2,6%	0,7%	2,1%	5,8%	4,6%
Espanha	5,5%	5,2%	1,1%	3,1%	8,8%	4,9%
Portugal	4,9%	6,2%	0,7%	0,9%	7,9%	4,7%
Reino Unido	7,6%	4,1%	-0,6%	2,6%	9,1%	9,0%
Países Emergentes	6,7%	3,9%	4,0%	-	-	-
China	8,4%	3,0%	5,2%	0,9%	2,2%	2,2%
India	8,7%	6,8%	6,1%	5,5%	6,9%	5,1%
Brasil	5,0%	3,1%	1,2%	8,3%	9,4%	4,7%
Rússia	4,7%	-2,2%	0,3%	6,7%	13,8%	5,0%

Fonte: FMI, Janeiro-23 (Inflação, Outubro-22)

Ao longo de 2022, a inflação continuou a aumentar à escala global, atingindo valores que não eram observados desde a década de 1980, levando a generalidade dos bancos centrais a alterar a orientação das respectivas políticas monetárias. Esta subida da taxa de inflação, e a consequente queda do rendimento disponível e da confiança das famílias, constitui a principal ameaça nos próximos trimestres para o crescimento económico, por via da menor procura. Deste modo, os índices PMI mantêm uma tendência de desaceleração, tanto no sector industrial como nos serviços.

Índices PMI Globais



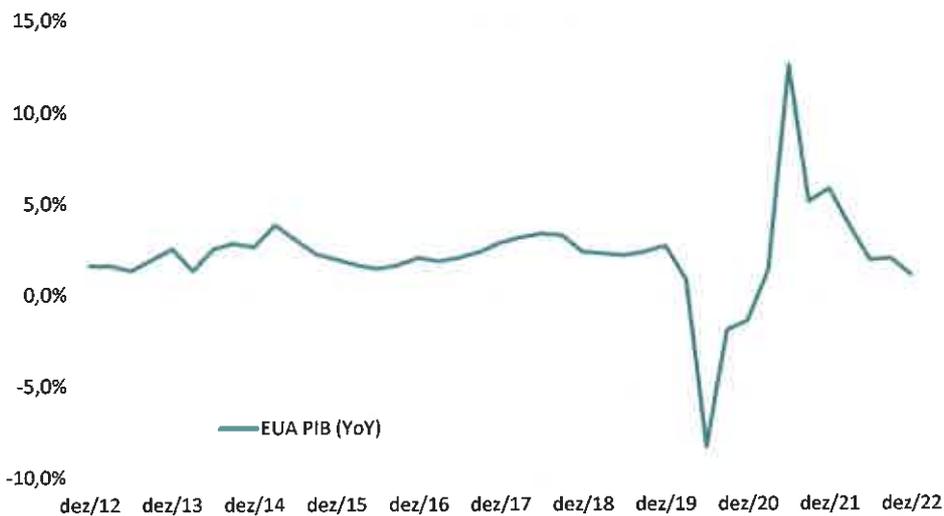
Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

Estados Unidos

A economia norte-americana cresceu 2,9% (taxa anualizada) no quarto trimestre deste ano, confirmando a recuperação da recessão técnica registada durante o primeiro semestre (contração de 1,6% e 0,6% no primeiro e segundo trimestres, respectivamente). O crescimento do PIB real no trimestre reflectiu os aumentos no investimento em inventários privados, no consumo privado e público e no investimento fixo não residencial, os quais foram parcialmente anulados por reduções no investimento imobiliário residencial e nas exportações. Em termos homólogos, a taxa de crescimento real do PIB ascendeu a 1,0%, no quarto trimestre de 2022.

A taxa de desemprego diminuiu ligeiramente, para os 3,5% em Dezembro, igualando o mínimo histórico de Julho passado. O número de pessoas desempregadas diminuiu em 278 mil, para os 5,72 milhões, e o número de pessoas empregadas aumentou em 717 mil, para os 159,2 milhões. Particularmente importante num contexto de pressões inflacionistas, o crescimento homólogo dos salários fixou-se nos 5,3% em Dezembro, mas com uma tendência de desaceleração desde Fevereiro deste ano (11,4%).

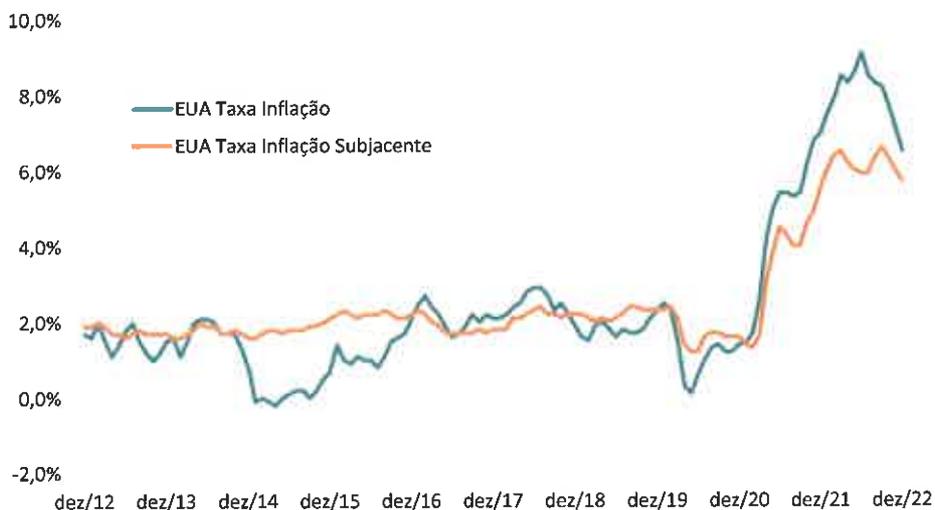
PIB dos Estados Unidos (variação anual)



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

A taxa de inflação anual diminuiu pelo sexto mês consecutivo, para os 6,5% em Dezembro, o valor mais baixo desde Outubro de 2021. O crescimento dos preços da energia desacelerou para os 7,3%, face aos 13,1% observados em Novembro, mas os custos com alojamento aumentaram 7,5%, o valor mais elevado desde 1979. Excluindo os custos com alimentação e energia, a taxa de inflação subjacente situa-se nos 5,7%, o valor mais elevado desde 1982.

Taxa de Inflação dos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

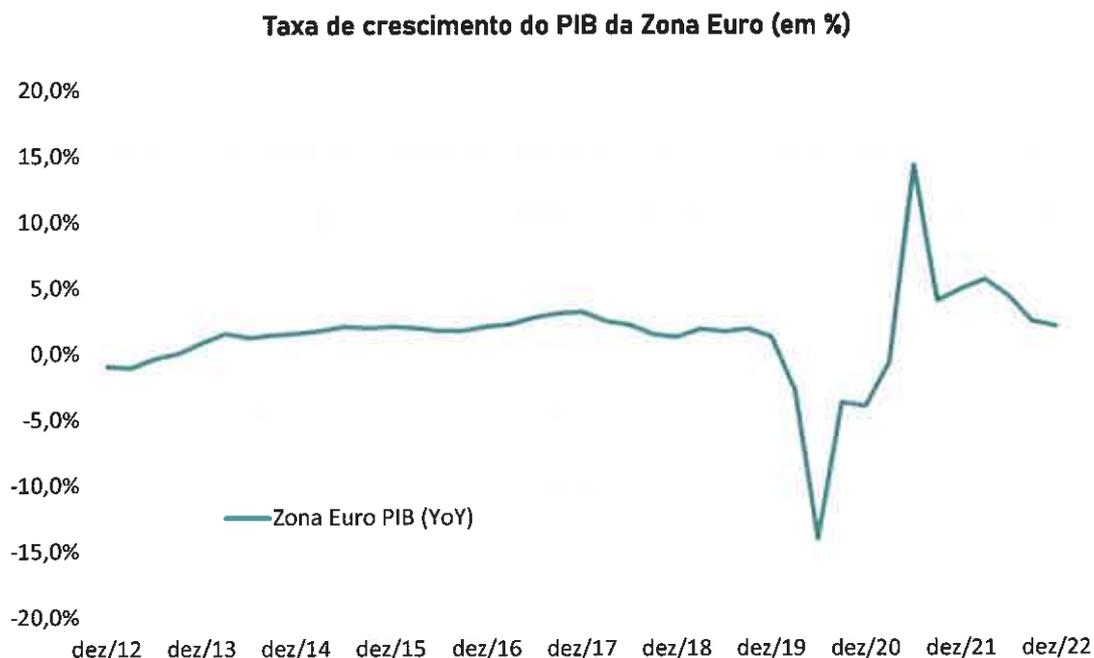
De acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia norte-americana, após o crescimento de 5,9% registado em 2021, deverá avançar 2,0% e 1,4%, em 2022 e 2023, respectivamente. Por sua vez, a taxa de inflação média anual, que em 2021 se situou nos 4,7%, é antecipada subir para os 8,1% em 2022, baixando para os 3,5% no próximo ano.

Zona Euro

A economia da Zona Euro cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2022, em cadeia (0,3% no terceiro trimestre). Desta forma, este foi o sétimo trimestre positivo consecutivo, ainda que o de menor valor da sequência. Entre as principais economias, a Itália e a Alemanha contraíram -0,1% e -0,2%, respectivamente, enquanto a França e a Espanha expandiram 0,1% e 0,2%, no trimestre.

Em termos homólogos, no quarto trimestre o PIB da Zona Euro aumentou 1,9% (2,3% no terceiro trimestre), confirmando a desaceleração da actividade económica nos últimos meses derivada do aumento da inflação e consequente erosão do rendimento disponível das famílias e diminuição do investimento devido ao aumento das taxas de juro.

Apesar da referida desaceleração, a taxa de desemprego permaneceu estável, nos 6,6% em Dezembro, o valor mais baixo de que existe registo e inferior aos 7,3% registado no mesmo período do ano passado. Entre as maiores economias da Zona Euro, a taxa de desemprego encerrou o ano nos 5,5% na Alemanha, 7,3% em França, 7,8% em Itália, e 12,9% em Espanha.



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

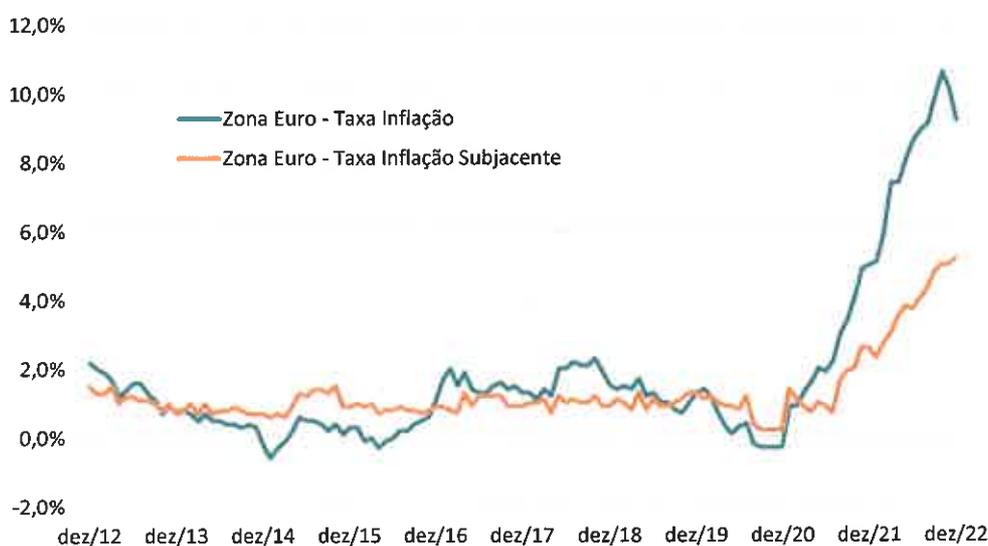
A taxa de inflação anual da Zona Euro encerrou 2022 nos 9,2%, após ter atingido os 10,6% em Outubro, e mais 4,2 p.p. do que no final do ano passado.

No mês de Dezembro, as taxas de inflação mais baixas foram registadas no Luxemburgo (6,2%), França (6,7%) e Malta (7,3%). Pelo contrário, os valores mais altos foram observados na Letónia (20,7%), Lituânia (20,0%) e Estónia (17,5%). Na Alemanha e Itália, a taxa de inflação situava-se nos 9,6% e 12,3%, respectivamente.

Para esta subida da taxa de inflação, os principais contribuidores têm sido a energia (25,5% no último ano), seguida da alimentação, álcool e tabaco (13,8%), serviços (4,4%) e bens não-industriais (6,4%). Excluindo os custos com energia e alimentação, a taxa de inflação subjacente subiu, em Dezembro, para os 5,2%, o valor mais elevado de que existe registo.

Em resultado da deterioração das perspectivas de crescimento e do aumento da taxa de inflação, a confiança dos consumidores, apesar da ligeira recuperação em Dezembro, situa-se próxima do valor mínimo desde que existe registo (-22,1 pontos).

Taxa de inflação na Zona Euro



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

De acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia da Zona Euro, após o crescimento de 5,3% registado em 2021, deverá avançar 3,5% e 0,7%, em 2022 e 2023, respectivamente. Por sua vez, a taxa de inflação, que em 2021 se situou nos 2,6%, é antecipada subir para os 8,3% em 2022, baixando para os 5,7% em 2023.

Países Emergentes

O actual abrandamento económico não é um exclusivo das economias desenvolvidas. Segundo as últimas previsões do FMI, as economias emergentes e em desenvolvimento, que no ano passado cresceram, em média, 6,7%, deverão crescer 3,9% em 2022, e 4,0% em 2023.

A economia chinesa registou um crescimento nulo no quarto trimestre, em cadeia, o que compara com o valor de 3,9% registado no trimestre anterior. Este abrandamento no último trimestre, combinado com os raros protestos contra as restrições pandémicas, terão estado na base da repentina reabertura da economia e do final dos *lockdowns*, em Dezembro. Em termos homólogos, a economia cresceu 2,9%. De acordo com as últimas previsões do FMI, a China deverá crescer 3,0% e 5,2%, em 2022 e 2023, respectivamente, com uma taxa de inflação média de 2,2% nesse período.

Entre as principais economias emergentes, a Índia destaca-se pela positiva, com um crescimento esperado de 6,8% em 2022, e 6,1% em 2023. Porém, ao contrário da China, a taxa de inflação em 2022 deverá acelerar para os 6,9% (5,5% em 2021), voltando a abrandar em 2023, para os 5,1%, segundo o FMI.

Pela negativa, destaque para o desempenho da economia russa que, segundo a mesma fonte, deverá contrair 2,2%, em 2022, e crescer apenas 0,3%, em 2023, ao que não são alheias as sanções económicas impostas por vários países, na sequência da invasão da Ucrânia, em Fevereiro de 2022.

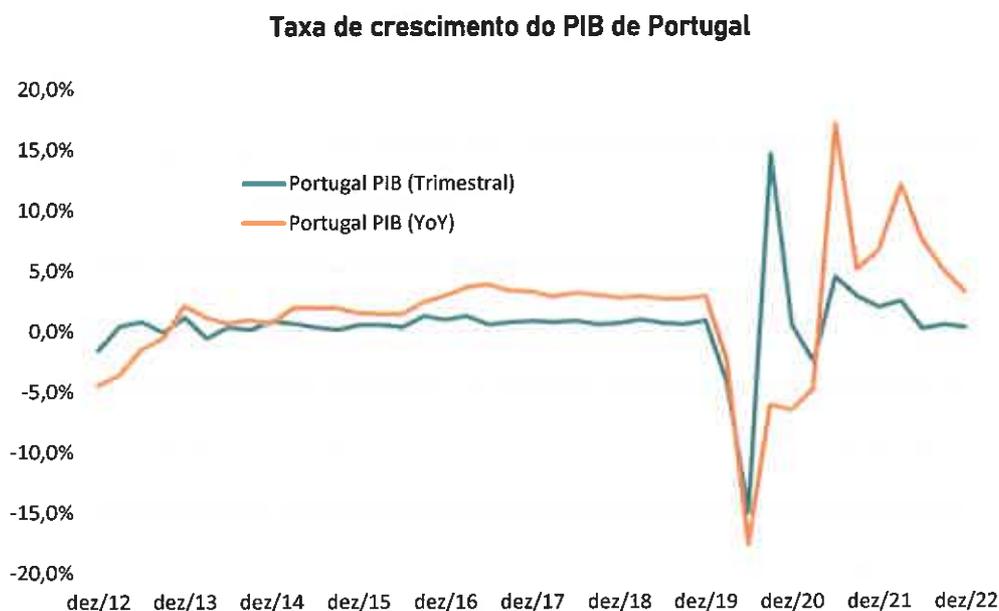
Por fim, a economia brasileira é antecipada crescer 3,1% em 2022, e desacelerar para 1,2% em 2023. A taxa de inflação, que em 2021 ascendeu a 8,3%, deverá permanecer elevada, nos 9,4% e 4,7%, em 2022 e 2023, respectivamente.

Economia nacional

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB nacional, em termos reais, registou uma variação homóloga de 3,1% no quarto trimestre de 2022 (4,9% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu no quarto trimestre, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e uma redução do investimento. O contributo positivo da procura externa líquida também diminuiu, tendo as exportações de bens e serviços em volume desacelerado mais intensamente que as importações. No quarto trimestre de 2022, observou-se uma perda dos termos de troca em termos homólogos, mas menos intensa que as perdas observadas desde o segundo trimestre de 2021, em resultado da desaceleração mais pronunciada do deflator das importações que o das exportações.

Comparando com o terceiro trimestre de 2022, o PIB aumentou 0,2% em volume (crescimento em cadeia de 0,4% no trimestre anterior), tendo diminuído o contributo positivo da procura

interna para a variação em cadeia do PIB, enquanto o contributo da procura externa líquida manteve-se ligeiramente negativo.



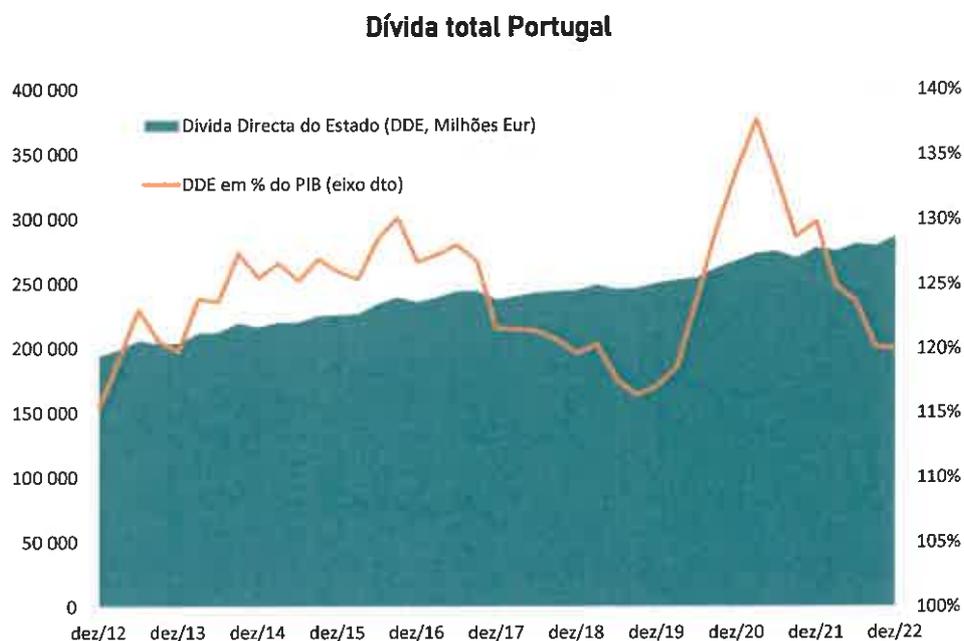
Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

Ainda segundo o INE, a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 9,6% em Dezembro de 2022, taxa inferior em 0,3 p.p. à observada no mês anterior. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) manteve a tendência de subida dos meses anteriores, registando uma variação de 7,3% (7,2% em Novembro). A variação do índice relativo aos produtos energéticos diminuiu para 20,9% (24,7% no mês precedente), enquanto o índice referente aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 17,6% (18,4% no mês anterior).

Em termos de mercado de trabalho, em Dezembro de 2022, a taxa de desemprego situou-se em 6,7%, valor superior em relação a Novembro e a Setembro de 2022 (0,2 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente) e a Dezembro de 2021 (0,8 p.p.).

De acordo com a Direcção Geral do Orçamento (DGO), no final de Dezembro de 2022, as Administrações Públicas registaram um saldo negativo de 3,6 mil milhões de euros, que corresponde a uma melhoria de 5,0 mil milhões de euros face ao verificado no mesmo período do ano anterior, resultado do crescimento da receita (+11,0%) ter sido superior ao da despesa (5,1%). O saldo primário situou-se em 3,0 mil milhões de euros, mais 4,6 mil milhões de euros do que em Dezembro de 2021.

Deste modo, a Dívida Directa do Estado (DDE), segundo a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), no final de Dezembro, situava-se nos 287 mil milhões de euros, cerca de 120% do PIB.



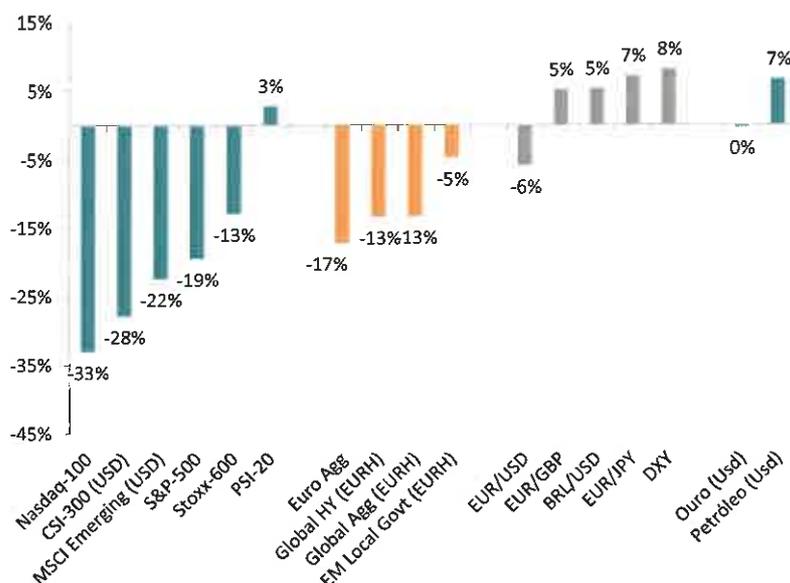
Fonte: INE, IGCP, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

Por fim, de acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia portuguesa, após o crescimento de 4,9% em 2021, deverá crescer 6,2%, em 2022, e apenas 0,7%, em 2023. Por sua vez, a taxa de inflação média anual, que em 2021 situou-se nos 0,9%, é antecipada subir para os 7,9% em 2022, baixando para os 4,7% em 2023.

Mercados financeiros

No total do ano, 2022 encerrou com os principais mercados accionistas em território negativo. Nos Estados Unidos as perdas foram lideradas pelo sector tecnológico, particularmente penalizado pela subida das taxas de juro (Nasdaq-100, -33,0%). Na Europa, entre os principais mercados, a Itália (FTSE MIB) perdeu -13,3%, a Alemanha perdeu -12,3% e a França caiu -9,8%. Na Ibéria, a Espanha perdeu -5,6% e Portugal destacou-se pela positiva, valorizando 2,8%. Os mercados emergentes, em USD, desvalorizaram -21,8%, com destaque para o fraco desempenho dos mercados chineses (Shangai Composite -21,8%, CSI-300 -27,8%, em USD), pressionados pelo abrandamento económico provocado pelos *lockdowns* relacionados com a Covid-19.

Mercados financeiros em 2022



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores em 31-Dez-22

Entre as Obrigações, o ano de 2022 foi igualmente de perdas pesadas, pressionadas pela subida das taxas de juro dos Bancos Centrais, como forma de combater o aumento da taxa de inflação, e pela subida dos *spreads* de crédito, face ao aumento da probabilidade de recessão económica nos próximos trimestres.

No segmento de Investment Grade (IG), o quarto trimestre foi de forte recuperação, tendo os *spreads* de crédito diminuído, em média, -26 bp e -44 bp nos Estados Unidos e Europa, respectivamente. Ainda assim, no total do ano, os *spreads* aumentaram 32 bp e 43 bp. Deste modo, desde o início do ano, conjugado com a subida das *yields* soberanas, as perdas do IG ascendem a -15,2% e -17,2%, respectivamente, em EUR.

Por sua vez, no segmento de High Yield, os *spreads* de crédito diminuíram, em média, -126 bp e -119 bp nos Estados Unidos e Europa, no quarto trimestre, respectivamente. Deste modo, no total do ano, os *spreads* aumentaram 191 bp e 194 bp. Assim, o índice Bloomberg Global High Yield Total Return registou uma perda de -13,4%, desde o início do ano, em EUR.

Nos mercados cambiais, em 2022, o grande destaque vai para a forte apreciação do USD contra a generalidade das principais moedas, resultado do aumento da aversão ao risco (incluindo o risco geopolítico), que historicamente tende a beneficiar a moeda norte-americana, e da postura mais agressiva da Reserva Federal (FED) no sentido de travar a subida dos preços no consumidor. Deste modo, desde o início do ano, o USD ganhou 6,2% contra o EUR, 12,0% face à GBP, e 13,9% contra o JPY.

A excepção ao cenário de perdas generalizadas descrito atrás, residiu nas matérias-primas (+8,7%, em USD). Com efeito, a invasão da Ucrânia pela Rússia teve, entre muitas outras consequências, um efeito disruptivo nas cadeias de abastecimento de energia e cereais, sobretudo na Europa. Como tal, desde o início do ano, medidos pelos índices da S&P GSCI, em USD, os preços da Energia registam uma subida de 14,2%, e os produtos agrícolas subiram 5,7%, mesmo corrigindo face aos máximos registados em meados deste ano. Pelo contrário, a perspectiva de abrandamento económico global, e em particular na China, traduziu-se numa correcção de -9,6% nos preços dos metais industriais e, a forte apreciação do USD limitou os ganhos na cotação do Ouro (-0,3%, desde o início do ano).

Taxas de Juro e Inflação

Como referido, o desempenho dos mercados financeiros em 2022 foi fortemente condicionado pela evolução da taxa de inflação e pela acção dos principais Bancos Centrais, no sentido de controlar a subida da mesma.

Nos Estados Unidos, a FED subiu as taxas de juro para o intervalo 4,00% - 4,25%. Desde o início do ano, a FED subiu por sete ocasiões as taxas de juro, colocando as mesmas no valor mais alto desde 2008. Em 2023, o mercado desconta uma taxa terminal próxima dos 5,0%.

No mesmo sentido, na Zona Euro, o Banco Central Europeu (BCE) subiu a taxa de juro para depósitos em 250 bp, dos -0,50% para os 2,00%. De acordo com as taxas implícitas nos mercados, a subida das taxas deverá continuar até perto dos 3,50%, em meados de 2023.

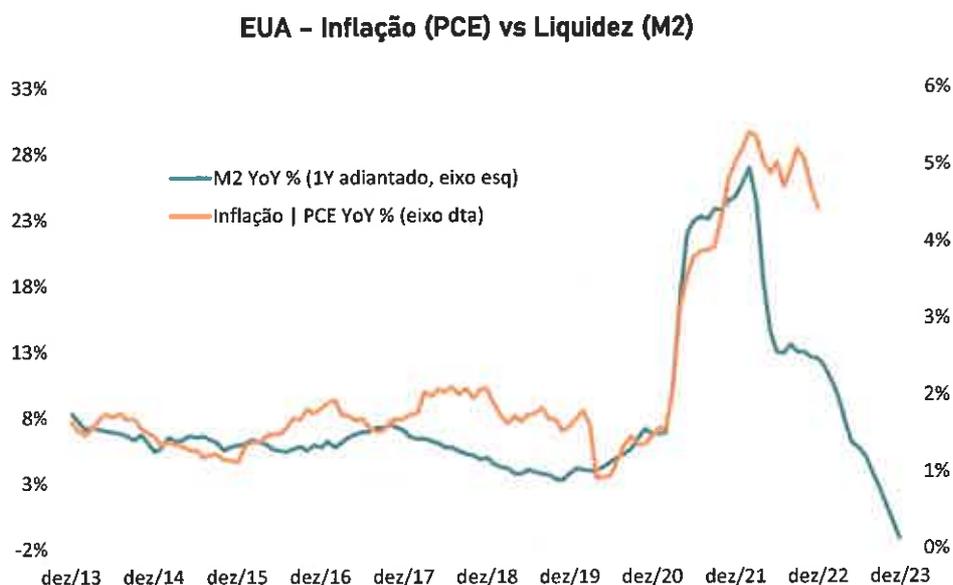
Contudo, apesar da forte subida da inflação nos últimos meses, as expectativas implícitas no mercado para a inflação no futuro permanecem relativamente moderadas e ancoradas em valores próximos do objectivo dos Bancos Centrais.

Nos Estados Unidos, considerando as taxas de juro a 5 anos *forward* 5 anos (5Y5Y), presentemente o mercado desconta uma inflação na ordem dos 2,6%, bem abaixo dos 6,5% registados em Dezembro passado. Por sua vez, na Zona Euro o mercado desconta uma inflação futura de 2,4% (9,2% em Dezembro).

Ou seja, ainda que não se antecipando um regresso rápido da inflação para os níveis pré-pandemia, os mercados parecem confiantes quanto ao sucesso dos Bancos Centrais e à gradual normalização da inflação em valores próximos dos 2,0%-3,0%.

Por outro lado, a expectativa de normalização da taxa de inflação é suportada pela relação histórica entre a liquidez e variação dos preços no consumidor. Conforme é possível observar pelo exemplo norte-americano, no gráfico abaixo, as actuais políticas monetárias restritivas dos principais Bancos Centrais, ao subir rapidamente as taxas de juro e ao reduzir abruptamente a liquidez, aqui medida pela variação anual do agregado M2, deverão começar a

fazer-se sentir na diminuição da taxa de inflação nos próximos trimestres. O reverso da medalha será o impacto que esta redução da liquidez na economia terá no próprio crescimento económico.



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-22

2. Actividade desenvolvida pela Sociedade

A constituição do fundo de investimento "INVEST TENDÊNCIAS GLOBAIS PPR/OICVM – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações de Poupança Reforma" ("Tendências Globais"), no início de Julho de 2022, insere-se na estratégia de crescimento da Invest GA e no seu posicionamento enquanto reconhecido gestor de produtos de poupança de médio-longo prazo, nomeadamente de fundos PPR.

Com efeito, considerando, entre outros, a baixa taxa de fertilidade e o envelhecimento da população portuguesa, estima-se que o rácio de pessoas reformadas vs activas aumente até 2050 de forma significativa, pressionando o valor das reformas no futuro e reforçando a importância da poupança de médio-longo prazo e, em particular, a importância dos complementos de reforma.

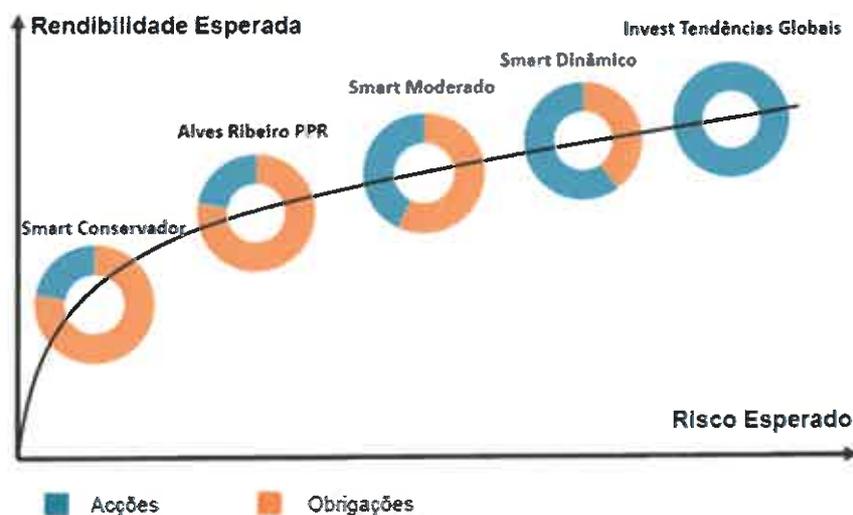
Por outro lado, dados recentes da Associação Portuguesa de Bancos ("APB") mostram que os depósitos bancários cresceram 52,6 mil milhões de euros (+19,7%) desde o final de 2019 até ao terceiro trimestre de 2022. No total, existem cerca de 320 mil milhões de euros em depósitos, com taxas de juro reais negativas, potencialmente canalizáveis para investimentos de médio-longo prazo e de poupança para a reforma.

Neste sentido e identificada a oportunidade de crescimento neste segmento dos fundos de investimento PPR, no início de 2021, a Invest GA lançou o fundo “SMART INVEST PPR/OICVM – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma” (“Smart Invest”), complementando a sua oferta, até então constituída apenas pelo fundo “ALVES RIBEIRO PPR/OICVM – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma” (“AR PPR”).

Com o lançamento do Invest Tendências Globais, a Invest GA visa prosseguir com o crescimento recente, complementando a sua oferta de produtos, com mais um fundo PPR, desta vez com 100% de acções, dirigido a investidores mais jovens, com horizonte temporal de investimento mais alargado e maior tolerância à volatilidade dos mercados accionistas.

Desta forma, a oferta da Invest GA passará a incluir dois fundos com gestão activa, o Alves Ribeiro PPR e o Invest Tendências Globais, com cerca 25% e 100% acções, respectivamente, e um fundo com gestão passiva e exposição de 20%, 45% e 70% a acções, o Smart Invest, conforme figura abaixo apresentada.

Oferta de PPR's da Invest Gestão Activos – SGOIC

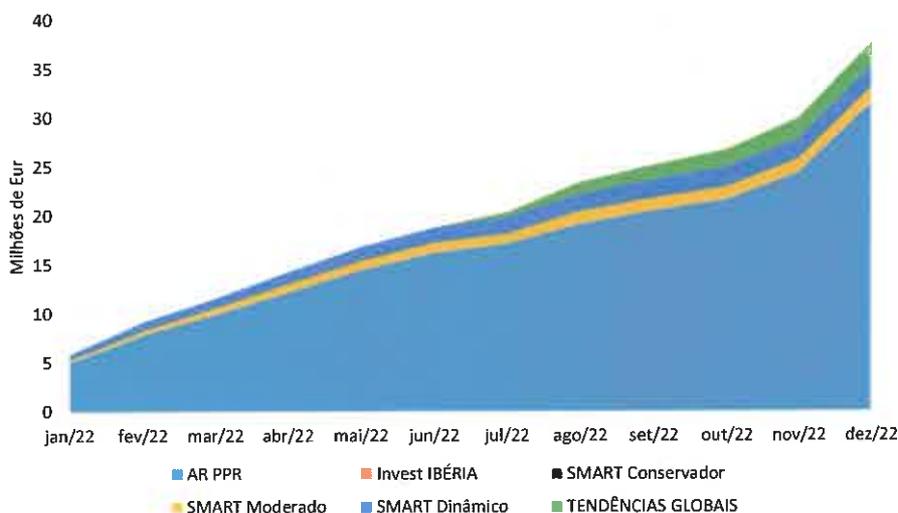


Fonte: Invest GA. Apenas para efeitos ilustrativos

Em 2022, o total de subscrições líquidas dos fundos sob gestão totalizaram 37,6 milhões de euros, o que compara com os 60,0 milhões de euros registados em 2021, mas num contexto de mercado totalmente diferente, marcado por fortes desvalorizações tanto nos mercados accionistas como obrigacionistas. Tal como no ano anterior, o principal contribuidor para este crescimento, foi o fundo Alves Ribeiro PPR, com cerca de 31,5 milhões de euros (83,8% do total de subscrições líquidas), seguido do fundo Smart Invest PPR, com cerca de 3,9 milhões de euros (10,4%), e do novo fundo Invest Tendências Globais PPR, com cerca de 2,3 milhões de euros

(6,2%). O fundo Invest Ibéria encerrou o ano com subscrições líquidas negativas, no valor de 131 mil euros (-0,4%).

Subscrições líquidas em 2022



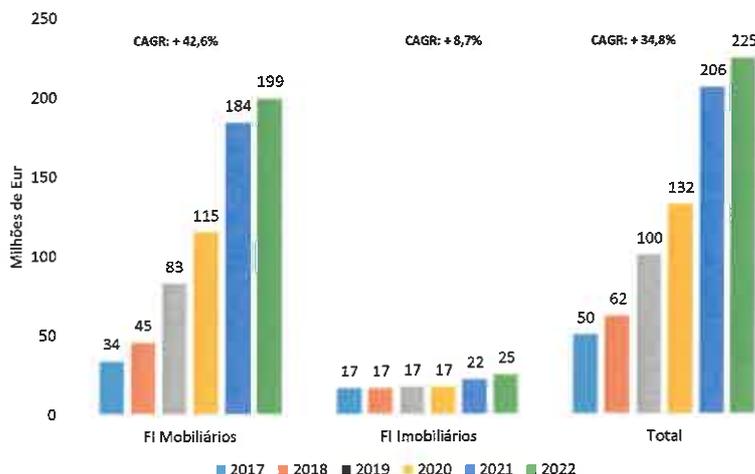
Fonte: Invest Gestão de Activos.

Desta forma, em 2022, o total de activos sob gestão pela Invest Gestão de Activos – SGOIC aumentou 18,3 milhões de euros (+8,9%), para os 224,6 milhões de euros. Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento anual ascende a 34,8%.

Entre os fundos de investimento mobiliário, o principal contribuidor para o crescimento total foi o fundo Alves Ribeiro PPR, com um aumento de 6,8% dos activos sob gestão para 179,3 milhões de euros. Por sua vez, o fundo Smart Invest terminou o ano com 16,0 milhões de euros sob gestão (+12,5%), e o Invest Tendências Globais encerrou 2022 com 2,2 milhões de euros sob gestão.

Por sua vez, o total de activos líquidos sob gestão dos fundos de investimento imobiliário aumentou 13,4%, para os 25,2 milhões de euros, em larga medida devido ao crescimento de 28,0% dos activos do fundo “Inspirar”.

Montantes sob gestão



Fonte: Invest Gestão de Activos.

Fundos de Investimento Mobiliários

O fundo **Alves Ribeiro – Plano Poupança Reforma** encerrou o ano de 2022 com uma desvalorização de 11,1%.

A componente obrigacionista, correspondente a cerca de 61,6% do total da carteira média ao longo do ano, foi a principal contribuidora para este desempenho negativo, com uma desvalorização de 10,4%, em 2022. Desta forma, a contribuição desta classe de activos, para a rentabilidade total, foi de -6,6%.

A componente accionista (cerca de 27% da carteira média) contribuiu com -2,8%, para a rentabilidade total, após uma desvalorização de 10,6%. Entre as diferentes geografias, destaque para as acções nacionais, com uma valorização de 25,5% (contribuição positiva de 50 pontos-base para a rentabilidade total do fundo).

Por sua vez, a contribuição da componente de 'Investimentos Alternativos' foi positiva em 28 pontos-base. A exposição média aumentou para os 4,0%, após o reforço nesta classe de activos como forma de diversificação do risco e fonte de rentabilidades menos correlacionadas com os mercados financeiros.

No final de 2022, o valor líquido global do fundo (VLGF) ascendia a 179,3 milhões de euros.

Desde o início de atividade, em Novembro de 2001, a rentabilidade anualizada situa-se nos 5,9%, líquida de comissões. Nos últimos 10 anos, a rentabilidade anualizada ascende a 6,1%, a mais elevada entre os fundos PPR de risco semelhante, de acordo com a APFIPP.

O fundo **Invest Ibéria** terminou o ano de 2022 com uma valorização de 3,4%. No mesmo período, os índices IBEX-35 e PSI-20 variaram -5,6% e 2,8%, respectivamente.

Em termos relativos, comparada com os índices ibéricos, a rentabilidade do Fundo foi, pois, positiva em 2022. A componente de acções nacionais, correspondente a cerca de 32,5% da carteira média ao longo do ano, valorizou 14,8%, contribuindo, assim, com cerca de 4,8% para a rentabilidade total do Fundo. Por sua vez, a alocação ao mercado espanhol (64,9% da carteira média) contribuiu com 0,2%, resultado de uma valorização média de 0,3%.

Em 2022, o Fundo registou subscrições líquidas negativas, no valor de 131,9 mil euros, terminando o ano com um VLG de 1,9 milhões de euros.

Desde o início da nova estratégia ibérica, em Dezembro de 2016, o Fundo regista uma perda de 1,3%, o que compara com -10,7% e +24,5% dos índices IBEX-35 e PSI-20, respetivamente, no mesmo período.

O fundo **Smart Invest** encerrou o ano com um total de 16,0 milhões de euros sob gestão, assim distribuídos: Smart Conservador, 2,3 milhões de euros (-147,9 mil euros); Smart Moderado, 5,8 milhões de euros (+656,1 mil euros); e, Smart Dinâmico, 7,8 milhões de euros (+1,3 milhões de euros).

As rentabilidades anuais dos sub-fundos foram penalizadas pelas fortes desvalorizações dos mercados financeiros, tanto accionistas como obrigacionistas, num ano marcado pelo aumento das correlações entre as duas classes de activos, num cenário de forte subida da taxa de inflação. Deste modo, o Smart Conservador perdeu 13,9%; o Smart Moderado perdeu 13,1%; e, o Smart Dinâmico desvalorizou 12,6%, em 2022.

O fundo **Smart Invest** é um produto de gestão passiva, permitindo aos investidores um acesso diversificado aos principais mercados e classes de activos, barato e eficiente em termos fiscais. A gestão é realizada num modelo de *robot-advisory*, garantindo aos investidores o rebalanceamento automático das carteiras.

Por fim, o fundo **Invest Tendências Globais** terminou o ano com 2,2 milhões de euros sob gestão e uma rentabilidade de -3,0%, desde o início da actividade, em 1 de Julho de 2022. O fundo investe em empresas com exposição a quatro principais tendências com potencial de crescimento atractivo a médio-longo prazo: i) Digitalização, ii) Novas Tendência de Consumo, iii) Alterações Demográficas e iv) Transição Energética. Entre estas tendências, o foco passa por investir em empresas com: elevadas rentabilidades sobre os capitais investidos (ROIC), obtidas de forma recorrente; vantagens competitivas difíceis de replicar; alocação de capital eficiente; baixos níveis de endividamento; possibilidade de crescimento acima da média do sector onde se inserem; equipas de gestão com *track-record* positivo; e, boas classificações ESG (*Environmental, Social e Governance*).

Mercado Imobiliário

Apesar do contexto macroeconómico e geopolítico, 2022 foi mais um ano dinâmico e de crescimento para o mercado imobiliário em Portugal. O valor gerado pelo Imposto Municipal sobre Transmissões superou os 1.566 milhões de euros, um aumento de 15,6% face ao montante arrecadado em 2021, constituindo-se um novo recorde. Já o valor mediano de avaliação bancária na habitação subiu para 1.400€/m², um aumento de 13,7% relativamente ao ano anterior.

O ano de 2022 ficou marcado por eventos surpreendentes, tais como a invasão da Ucrânia e vários choques económicos adversos, nomeadamente a rápida subida da inflação na Europa e no Mundo com o consequente ajustamento das taxas de juros pelos bancos centrais. Estes fenómenos, em conjunto com a escassez de mão de obra e o aumento dos custos dos materiais de construção, contribuíram favoravelmente para a continuação do ciclo de valorização do preço das casas, que subiram 9,7% em 2022. Esta valorização foi ainda sustentada, em grande medida, pelo desequilíbrio entre a baixa oferta e a alta procura de habitação, e pela persistente demora nos processos urbanísticos que limitam a oferta de novos empreendimentos.

Em 2022, o mercado imobiliário português terá encerrado com um valor recorde de 34 mil milhões de euros em transações, um aumento de 14% face a 2021, dos quais 31 mil milhões no segmento residencial.

No imobiliário comercial, terão sido realizadas transações no valor de 3.300 milhões de euros, um aumento de 66% relativamente ao período homólogo (1.950 milhões de euros), e atingindo um valor em linha com os anos de 2018 e 2019.

Já a ocupação no mercado de escritórios em Lisboa atingiu máximos históricos, tendo sido absorvidos 275.000 m² (+69%), enquanto no Porto terá rondado os 53.500 m² (+34%). No segmento industrial e logística, terão sido ocupados cerca de 450.000 m² (-25%), como consequência da falta de oferta.

Dadas as incertezas quanto à evolução da economia (e das taxas de juro) na Europa e no Mundo, as perspetivas para o mercado imobiliário nacional em 2023 são mais prudentes que em anos recentes. As renovações imobiliárias e a continuação do investimento estrangeiro são duas tendências que deverão prevalecer durante o ano e ajudar a sustentar o mercado nacional. Ainda assim, o risco de se verificar uma correção ou estabilização nos preços dos imóveis aumentou, em resultado da subida da inflação, do ajustamento das taxas de juro, e do abrandamento do crescimento económico.

Em síntese, são as seguintes as principais rubricas dos fundos imobiliários, a 31/12/2022:

Fundo Tejo

Valor líquido do Fundo: 8.798.532 Euros

Valor da UP classe A: 5944,9540 Euros

Valor da UP classe B: 5944,9540 Euros

Nr. UPs em circulação: 200 categoria A; 1.280 categoria B

Os activos imobiliários valorizaram, no seu conjunto, 119.977 euros, enquanto a carteira de títulos valorizou 62.386 euros e os rendimentos gerados pelos imóveis aumentaram 6,6%, para 405.039 euros. Assim, os proveitos dos fundos foram substancialmente superiores às suas despesas correntes, o que permitiu em 2022 alcançar um resultado líquido de 536.532 euros, um decréscimo de 11,3% face aos 604.981 euros registados em 2021.

Apesar do resultado alcançado, o valor líquido global do fundo caiu para 8.798.532 euros (-6,5%) devido aos resultados distribuídos a participantes durante o exercício de 2022 no montante de 1.147.000 euros.

Fundo Inspirar

Valor Líquido do Fundo: 16.375.423 Euros

Valor da UP: 301,2348 Euros

Nr. de UPs. em circulação: 54.361

Os resultados líquidos do Fundo decresceram 18,1%, atingindo os 3.583.335 euros em 2022 (face aos 4.375.500 euros alcançados em 2021). Este resultado deveu-se à reavaliação dos terrenos dos fundos que perfez, em termos líquidos, 584.065 euros (versus 1.895.528 euros em 2021), ao desenvolvimento de projetos de construção que totalizou, em termos líquidos, 3.247.707 euros (versus 1.028.623 euros em 2021), e aos ganhos obtidos na alienação de diversas construções acabadas que totalizaram, em termos líquidos, 1.033.888 euros (versus 612.944 euros).

Também contribuíram para o resultado líquido alcançado a redução dos encargos com juros, a otimização dos encargos com impostos sobre os imóveis e a melhor diluição dos custos correntes de funcionamento e desenvolvimento.

No último ano foram efetuados 36 contratos de promessa de compra e venda (dos quais 5 de habitação unifamiliar e 31 de habitação multifamiliar) e 14 escrituras de compra e venda (6 de habitação unifamiliar e 8 de habitação multifamiliar).

Desta forma, em 2022, o valor líquido global do fundo cresceu para 16.375.423 euros (+28%).

3. Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

Os resultados líquidos apurados cifraram-se em 854.972,88 Euros. Para eles propõe-se a seguinte aplicação:

Reservas Livres..... 854.972,88 Euros

4. Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração Executivo faz questão de deixar registada uma palavra de muito apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Conselho Geral e de Supervisão, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2023,

O Conselho de Administração Executivo





Invest – Gestão de Activos, SGOIC, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

A small, handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single character or a very short word.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	10	1 407	1 826
MARGEM FINANCEIRA		1 407	1 826
Rendimentos de serviços e comissões	11	1 522 736	1 222 290
Ganhos em Operações Financeiras		654	
Outros resultados de exploração		-259	(2 988)
PRODUTO BANCÁRIO		1 524 538	1 219 301
Perdas Operações Financeiras		-189	
Custos com o pessoal	13	-334 290	-240 683
Gastos gerais administrativos	12	-66 750	-55 568
Amortizações do exercício	5	-3 787	-313
Imparidade de activos financeiros ao custo amortiz:	14	-10 608	
Imparidade de outros activos	14	-1 409	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 107 505	924 564
Impostos			
Impostos correntes	7	-252 532	-208 027
RESULTADO APOS IMPOSTOS		854 973	716 537

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	1 508 736	1 178 956
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(395 130)	(268 955)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(209 516)	(137 693)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	480	1 408
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	904 570	773 717
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Outros activos	(473)	(2 795)
	<u>(473)</u>	<u>(2 795)</u>
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Outros passivos	1 029	4 587
	<u>1 029</u>	<u>4 587</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	903 927	760 509
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1 199)	(15 000)
	<u>(1 199)</u>	<u>(15 000)</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	903 927	760 509
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 182 765	3 422 256
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 086 692	4 182 765

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

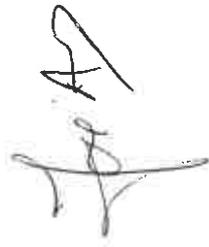
DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	2022	2021
Resultado individual	854 973	716 537
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		
Ganhos/perdas em Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ganhos/perdas na conversão cambial	-	-
Ganhos/perdas actuariais com planos de pensões de benefícios definido	-	-
Outros ganhos/perdas que contribuam para outro rendimento integral	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	-	-
Rendimento integral individual	854 973	716 537

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
		Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	250 000	50 000	2 566 471	-	2 616 471	3 340 747
Aplicação do resultado do exercício de 2021						
Transferência para reservas livres	-	-	474 276	-	474 276	474 276
Lucro do exercício 2021	-	-	-	-	716 537	716 537
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	250 000	50 000	3 040 747	-	3 090 747	4 057 284
Aplicação do resultado do exercício de 2022						
Transferência para reservas livres	-	-	716 537	-	716 537	716 537
Lucro do exercício 2022	-	-	-	-	854 973	854 973
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	250 000	50 000	3 757 284	-	3 807 284	4 912 257

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. ("Invest Gestão de Activos" ou "Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituída em 11 de Fevereiro de 1988. Foi registada na CMVM como Intermediária Financeira no dia 02-12-1998, com o n.º 259.

A Sociedade é detida de forma directa pelo Banco Invest, S.A., e indirecta pela Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo consolidada por esta última pelo método integral.

A totalidade das acções representativas do capital social (50.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada) são detidas na totalidade pelo Banco Invest, S.A, accionista único.

O objecto social da sociedade consiste na gestão de activos por conta de terceiros, nomeadamente a administração em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário e de fundos de investimento imobiliário.

A 31 de Dezembro de 2022 os fundos geridos pela Invest Gestão de Activos são os seguintes:

	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2022	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2021
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	179 358 082	167 872 456
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções	1 868 195	1 944 695
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2 348 942	2 496 905
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	5 839 034	5 183 043
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	7 834 645	6 562 166
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	2 161 717	-
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	8 798 532	9 409 000
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	16 375 423	12 792 087
	224 584 569	206 260 353

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2022 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral que se irá realizar no dia 6 de Março de 2023. Não obstante, o Conselho de Administração Executivo entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("EU") a partir do exercício de 2017, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n° 5/2015, de 7 de Dezembro. As IFRS incluem as normas emitidas pela International Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2016. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

2.2. Comparabilidade da informação

A Sociedade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2020. As políticas contabilísticas foram aplicadas na Sociedade, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Os saldos incluídos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de Dezembro de 2021, são apresentados exclusivamente para fins comparativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos ao justo valor através de outro rendimento integral. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

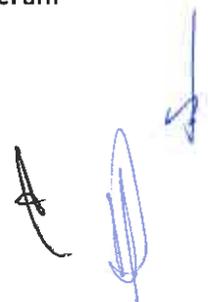
2.3. Comissão de Gestão

A comissão de Gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela Gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa fixa, definida no respectivo regulamento de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" (Proveitos) da demonstração de resultados.

Os proveitos resultantes de comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está incluído; e
- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as taxas de comissão de gestão anuais em vigor eram as seguintes:



- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	0,75%	0,75%
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	1,25%	1,25%
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2,00%	2,00%
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	2,00%	2,00%
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	2,00%	2,00%
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	1,25%	
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	0,0625%	0,0625%
	Se Valor dos Activos do Fundo de 0 a 10.000.000	4 000 €
	Se Valor dos Activos do Fundo de 10.000.001 a 20.000.000	0,25%
	Se Valor dos Activos do Fundo de 20.000.001 a 30.000.000	0,20%
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Se Valor dos Activos do Fundo de 30.000.001 a 40.000.000	0,15%
	Se Valor dos Activos do Fundo de 40.000.001 a 50.000.000	0,10%
	Acima de 50.000.001	0,05%

2.4. Activos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. Os anos de vida útil estimados para as principais rubricas de activos tangíveis da Sociedade são como seguem:

	Anos de vida
Mobiliário e material	8
Equipamento de transporte	4

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 - “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em exercícios seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.5. Imparidades

Mensalmente, a Sociedade realiza uma análise de recuperabilidade dos seus ativos, sendo registada uma perda por imparidade destinada à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes às comissões de gestão dos fundos e aos depósitos e juros de depósitos a prazo.

2.6. Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

No final de cada data de reporte, as provisões são revistas e ajustadas para refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes são divulgados de acordo com a IAS 37 sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos não seja remota. Assim, a Sociedade regista um passivo contingente quando: (i) é uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão sob o controlo da Sociedade Gestora, ou (ii) é uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: a) não é provável que um exfluxo de recursos seja exigido para liquidar a obrigação ou b) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.8. Impostos sobre lucros

A Invest Gestão de Activos encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, sendo a Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

Os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação deste regime são registados em cada uma das sociedades que o originam.

A taxa de IRC em 2022 e de 2021 foi de 21%. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Para as Pequenas e Médias estabelece-se uma taxa reduzida de 17%, aplicável aos primeiros 25.000 Euros de matéria colectável.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

2.9. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos da Sociedade são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Imposto sobre os lucros

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito). Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

2.10. Eventos subsequentes

A Sociedade analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data de balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas/aprovadas. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- a) aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,
- b) aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à ordem		
Banco Invest, S.A	1 006 692	4 182 766
	<u>1 006 692</u>	<u>4 182 766</u>

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rúbrica tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	4 080 000	-
Juros de depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	45	-
Imparidade Acumulada		
Banco Invest, S.A	(10 608)	-
	<u>4 069 437</u>	<u>-</u>

O depósito a prazo constituído no Banco Invest tem o prazo de 180 dias e é remunerado a uma taxa semestral fixa de 0,40%. Os juros são calculados diariamente numa base de cálculo de Act/360.

5. ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na rúbrica de Activos Tangíveis durante o exercício de 2022 foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aquisições do Ano	Alienações ou abates	Amortizações acumuladas	Valor Líquido 31/12/2022
Activos Tangíveis					
Mobiliário e material	-	1 199	-	37	1 162
Material de Transporte	15 000	-	-	4 063	10 938
		<u>1 199</u>	<u>-</u>	<u>4 100</u>	<u>12 099</u>

Os movimentos nesta rúbrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 são analisados como segue:

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldo Inicial	Aquisições do Ano	Alienações ou abates	Amortizações acumuladas	Valor Líquido 31/12/2022
Activos Tangíveis					
Material de Transporte	-	15 000	-	313	14 688
		15 000	-	313	14 688

6. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO		
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão dos fundos	137 587	123 587
Despesas diferidas	221	9 127
Outros	3 367	2 795
Imparidade de outros valores a receber	(1 409)	-
	<u>139 766</u>	<u>135 509</u>
PASSIVO		
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	37 173	29 947
Auditoria	2 214	4 027
	<u>39 387</u>	<u>33 974</u>
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo		
Retenção de imposto na fonte	10 421	10 327
Contribuições para a Segurança Social	6 792	6 198
Outros	8 824	18 177
	<u>26 037</u>	<u>34 701</u>
	<u>65 424</u>	<u>68 675</u>

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto	252 425	208 027
	<u>252 425</u>	<u>208 027</u>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes de imposto	<u>1 107 505</u>	<u>924 564</u>
Perdas por imparidade não aceites	12 017	-
Outros acréscimos- perdas em ativos financeiros	189	-
Outras deduções- ganhos em ativos financeiros	654	-
Tributação autónoma	10% 638	-
Imposto sobre o Rendimento do Período	<u>22,5% 252 425</u>	<u>208 027</u>

A Sociedade encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, sendo a Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

Os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação deste regime são registados em cada uma das sociedades que o originam.

Em 31 de Dezembro de 2022 a Sociedade constituiu uma provisão para impostos sobre lucros no montante de 252.425 Euros (31 de Dezembro de 2021: 208.027 Euros).

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

8. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital da Sociedade era constituído por 50.000 acções com valor nominal de 5 Euros cada, com um total de 250.000 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Banco Invest, S.A.

9. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Legal	50 000	50 000
Reserva Livre	3 757 284	3 040 747
	<u>3 807 284</u>	<u>3 090 747</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital.

10. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

A rubrica de Juros e Rendimentos Similares é analisada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros de depósitos a prazo	1 407	1 826
	<u>1 407</u>	<u>1 826</u>

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

11. COMISSÕES

A rubrica Comissões é analisada como segue:

	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões:		
Fundo Invest Ibéria	21 916	47 404
Fundo FPR	1 271 675	1 026 639
Fundo Tejo	5 547	5 674
Fundo Inspirar	78 315	74 959
SMART INVEST PPR/OICVM CONSERVADOR	20 213	12 243
SMART INVEST PPR/OICVM MODERADO	50 383	23 808
SMART INVEST PPR/OICVM DINAMICO	66 149	31 563
Invest Tendências Globais	8 539	-
	<u>1 522 736</u>	<u>1 222 290</u>

12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica Gastos Gerais Administrativos é analisada como segue:

GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2022	2021
Comunicações	30 991	28 139
Rendas e Alugueres	221	-
Serviços especializados	8 481	5 287
Despesas de Representação	626	386
Publicidade	80	-
Conservação e Reparação	1 036	367
Formação Pessoal	1 337	1 200
Seguros Viaturas	704	-
Prestação de serviços - Banco Invest, S.A.	11 070	11 070
Outros serviços de terceiros	12 204	9 119
	<u>66 750</u>	<u>55 568</u>

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica Custos com o Pessoal é analisada como segue:

	2022	2021
Salários e Vencimentos		
Orgãos de Gestão e Fiscalização	178 380	112 285
Empregados	97 393	84 375
	<u>275 773</u>	<u>196 660</u>
Encargos sobre a remuneração		
Segurança Social	54 851	41 916
Outros	50	46
	<u>54 901</u>	<u>41 962</u>
Seguros	3 615	2 061
	<u>3 615</u>	<u>2 061</u>
	<u>334 290</u>	<u>240 683</u>

O efectivo médio do quadro de pessoal ao serviço da Invest GA, durante os exercícios de 2022 e 2021, é distribuído da seguinte forma:

Quadro de Pessoal	nº de Colaboradores	
	2022	2021
Orgãos Sociais - Conselho Geral e de Supervisão	3	3
Conselho de Administração Executivo (dos quais 1 remunerado)	2	2
Colaboradores	3	3

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

14. IMPARIDADES

Os movimentos das Imparidades em 2022 e 2021 são analisados como segue:

	2022			
	Saldo em 31/12/2021	Dotações Líquidas	Utilizações	Saldos em 31/12/2022
Imparidade de Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	-	10 608	-	10 608
	-	10 608	-	10 608
Imparidade de outros activos (Nota 6)	-	1 409	-	1 409
	-	1 409	-	1 409
	-	12 017	-	12 017

	2021			
	Saldo em 31/12/2021	Dotações Líquidas	Utilizações	Saldos em 31/12/2022
Imparidade de Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	-	-	-	-
	-	-	-	-
Imparidade de outros activos (Nota 6)	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-

15. FUNDOS GERIDOS

A Sociedade gere quatro Fundos Mobiliários Abertos, nos quais um deles é constituído por três subfundos, e dois Fundos Imobiliários Fechados, cujo valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 corresponde a 224.584.569 Euros (31 de Dezembro de 2021: 206.260.353 Euros).

	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2022	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2021
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	179 358 082	167 872 456
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	1 868 195	1 944 695
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2 348 942	2 496 905
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	5 839 034	5 183 043
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	7 834 645	6 562 166
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	2 161 717	-
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	8 798 532	9 409 000
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	16 375 423	12 792 087
	224 584 569	206 260 353

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As funções da entidade comercializadora e de Banco depositário para os Fundos acima indicados, são exercidas pelo Banco Invest.

16. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo, são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Banco Invest, S.A.		
<u>Balanço</u>		
Disponibilidades em instituições de crédito	1 006 692	4 182 766
Aplicações em instituições de crédito	4 080 045	-
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Demonstração de Resultados</u>		
Juros e rendimentos similares	(1 407)	(1 826)
Gastos gerais administrativos	11 070	11 070

São consideradas partes relacionadas da Invest GA, para além dos Acionistas, os membros dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e os elementos-chave de gestão. Para além destes são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa:

<u>Nome</u>
João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa
Maria de Brito Ribeiro Pereira de Sousa
João de Brito Ribeiro Pereira de Sousa
Paulo Rui dos Prazeres Vitor Monteiro
Ana Isabel Gomes Rodrigues Monteiro
Joana Gomes Rodrigues Monteiro
Tiago Gomes Rodrigues Monteiro
Guilherme Manuel Domingos Neves
MS Participações SGPS S.A.
Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS S.A.
USGestar - Gestão de Imóveis S.A.
AR France Invest (ARIF)
Silk Road Paris 1
Silk Road Paris Gestion Et Services
Alves Ribeiro S.A.
Alves Ribeiro - Consultoria de Gestão S.A.
Alrisa - Sociedade Imobiliária S.A.
SCO - Sociedade de Investimentos e Consultoria S.A.
Transoceânica, S.A. (Angola)
Rift Consultoria de Gestão, S.A.
Alves Ribeiro Internacional, SGPS, S.A.

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. SOLVABILIDADE

Os Fundos Próprios da Sociedade, apurados de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 e com a Directiva 2013/36/EU, incluem os fundos próprios de nível 1 (tier 1).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro, e uma vez que o valor líquido global das carteiras sob gestão não excede os 250.000.000€, a sociedade não é obrigada a constituir um montante de fundos próprios adicional ao capital inicial mínimo nos termos previstos no n.º 2 do artigo 71.º-M. Assim sendo, os Fundos Próprios da Invest Gestão de Activos têm de cumprir os requisitos previstos no n.º 1 a n.º 3 do artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, isto é, garantir um valor de fundos próprios superior a um quarto das despesas gerais fixas do ano anterior.

Além do montante mínimo de fundos próprios acima mencionados, a Invest Gestão de Activos tem a necessidade, enquanto sociedade gestora de OIA, de cobrir os riscos de responsabilidade profissional. Nesse sentido, a sociedade detém fundos próprios suplementares suficientes para cobrir eventuais riscos resultantes de responsabilidade civil profissional, que correspondem a pelo menos 0,01% do valor das carteiras dos fundos de investimento alternativo geridos.

Os valores dos Fundos Próprios e dos Requisitos de Fundos Próprios apurados de acordo com as metodologias anteriormente referidas são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundos Próprios Nível 1	4 057 284	3 340 747
Capital Realizado	250 000	250 000
Reservas	3 807 284	3 090 747
Fundos Próprios Complementares	-	-
Total de Fundos Próprios	<u>4 057 284</u>	<u>3 340 747</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Despesas Gerais Fixas	504 278	82 177
Rácio de Solvabilidade	<u>804,57%</u>	<u>4065,32%</u>

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 66-A e pelo Art.º 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)
-
- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.
 - b) Os honorários totais facturados no período findo em 31 de Dezembro de 2022 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 1.845 Euros (2021: 1.845 Euros), integralmente relacionados com a Revisão legal das contas anuais.

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

19. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Entidade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo.

As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs:

- (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou joint venture, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS;

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

(b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9);

(c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e

(d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A entidade não registou alterações significativas na adoção destas normas.

A Entidade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

A Entidade encontra-se a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Entidade

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam:

especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;

esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores a compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço.; e

esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024.

Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

O IASB emitiu em Setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.

Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.

As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

A Entidade encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à presente data, não ocorreu qualquer evento relevante, considerado material, com impacto na actividade da Sociedade Gestora.





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5.230.106 euros e um total de capital próprio de 4.912.257 euros, incluindo um resultado líquido de 854.973 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

24 de fevereiro de 2023

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404

representada por João António de Carvalho Careca

registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473